

414  
Juuu

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 106/2012**

**PROCESSO N.º 173.020/2012**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.967.350/0001-45, neste ato representado por sua Presidente, Desa. Sara Silva de Brito, considerando o resultado do **Pregão Eletrônico n.º 087/2012**, cujo objeto se constitui no **Registro de Preços** para eventual aquisição de material de acondicionamento e embalagem **RESOLVE**, com amparo nas Leis n.º 8.666/93 e n.º 10.520/2002, nos Decretos n.º 3.931/2001, n.º 3.555/2000 e n.º 5.450/2005, e na Resolução Administrativa n.º 10/2008 do TRE da Bahia, **registrar** os preços da empresa **ALVES E CORDEIRO LTDA-EPP.**, inscrita no CNPJ/MF n.º 15.233.984/0001-28, com sede na Rua José Gonçalves, 04, 2ª galeria, sala 22, Centro Histórico, Salvador-Bahia, CEP: 40.020-290, telefone n.º (71) 3322-8181 / 4115-1032/ 3266-6013, Fax 3322-7256, e-mail [alvesecordeiro@veloxmail.com.br](mailto:alvesecordeiro@veloxmail.com.br), doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pelo Sr. Nilson Humberto Dantas Cordeiro, brasileiro, empresário, casado, portador da Carteira de Identidade n.º 0037600656 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob n.º 095.064.115-49, indicadas no anexo desta Ata, segundo a classificação por item alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**1. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS BENS**

**1.1.** A contratada deverá entregar o material na Seção de Gestão de Almoxarifado, localizada na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - Bahia, ou no Centro de Apoio Técnico - CAT, localizado no Loteamento Porto Seco Pirajá, Quadra A, Lote 16/17, Rua A, Via Marginal da BR 324, Salvador-Ba, de segunda a quinta-feira, de 13:00h - 18:00h e às sextas-feiras, de 08:00h - 13:30h, conforme opção da Administração deste Tribunal a ser informada no agendamento da entrega.

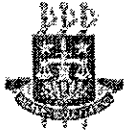
**1.2.** A contratada deverá, **obrigatoriamente**, consultar a Seção de Gestão de Almoxarifado, mediante telefone 3373-7076/7078, para fazer o agendamento da entrega.

**1.3.** O prazo de entrega dos itens 2,3,5,9,10,11,12 e13 será de **30 dias corridos**, contados do 3º dia útil após o recebimento da nota de empenho.

**1.4.** Quanto aos itens 1, 4, 6, 7 e 8, deverá a contratada apresentar as respectivas provas no prazo de **10 dias**, cujo termo inicial observará o quanto disposto no subitem acima. Em caso de rejeição das provas, terá a contratada idêntico prazo para proceder à sua substituição, contado do recebimento da respectiva comunicação. Em sendo aprovadas, será isso comunicado, por escrito, à contratada, que terá até **20 dias**, contados do recebimento da notificação, para proceder à entrega da totalidade dos materiais requeridos. Em caso de reiteradas incorreções, poderá a Administração, ao seu critério, recusar-se ao recebimento do material.

**1.5.** A Administração disponibilizará modelo dos itens do citados no item anterior, que deverão ser obtidos pela contratada, às suas expensas, na Seção de Gestão de Almoxarifado deste Tribunal, nos dias e horários indicados no item 1.1, sem prejuízo dos prazos assinalados acima.

**1.6** Ainda em relação aos materiais indicados no item 1.4., ficará a contratada, nos pedidos subseqüentes, dispensada do fornecimento prévio de provas, assinalando-se-lhe um prazo de entrega de **30 dias**, nos termos da no item 1.3. A entrega, nesse caso, far-se-á em estrito acordo com as provas fornecidas quando da primeira solicitação.



- 1.7 Correrão por conta da contratada quaisquer providências relativas à descarga do material, incluindo-se aí a necessária mão de obra.
- 1.8. O material será recebido provisoriamente no momento da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações exigidas e com a proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de entrega inicialmente fixado e, em definitivo, no prazo de **5 dias úteis**, após o recebimento provisório.
- 1.9. Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, no todo ou em parte, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor, nos termos dos itens 1.10 e 1.11.
- 1.10 Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado com defeito, ou em desacordo com o especificado ou com a proposta, a fiscalização notificará por escrito a contratada para substituir, às suas expensas, o material recusado no prazo que lhe restar daquele indicado no item 1.3.
- 1.11. Se a contratada não substituir ou complementar o material entregue em desconformidade com as condições editalícias, o fiscal do contrato fará relatório circunstanciado à unidade competente com vistas à glosa da nota fiscal, no valor do material recusado ou não entregue, e a enviará para pagamento, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face a eventual aplicação de multa.
- 1.12. Os itens 7 e 8 serão submetidos a testes de resistência, para fins de avaliação das amostras respectivas. Será rejeitada a amostra que sofrer deformações quando submetida ao peso de 50 kg, distribuídos uniformemente na extensão perimetral das paredes da caixa montada vazia.
- 1.13. Glosada a nota fiscal, deverá o fiscal do contrato providenciar, junto à Secretaria da Fazenda, a emissão de nota fiscal para acompanhamento do material a ser devolvido, notificando a Contratada para que proceda à retirada deste, às suas expensas, no prazo de **60 dias**, contados do recebimento da notificação.
- 1.14. O material recusado que não for retirado pela Contratada no prazo estabelecido será enviado a entidades filantrópicas sem fins lucrativos, reconhecidas como de utilidade pública federal, ou para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- 1.15. A contratada garantirá a qualidade de cada unidade do material fornecido, obrigando-se a substituir aqueles que estiverem danificados em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração.
- 1.16. Consoante o artigo 32 da Lei nº 12.305/2010, as embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, sendo recicladas, se a reutilização não for possível, restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto e projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém.
- 1.17. A Contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho, atentando-se para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.



## 2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

### 2.1. O Contratante obriga-se a:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes dos instrumentos convocatório e contratual;
- d) zelar para que, durante a vigência da Ata, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

## 3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 3.1. A Contratada obriga-se a:

- a) entregar os bens nas especificações e na quantidade constantes desta Ata, assim como com as características descritas na proposta;
- b) substituir o bem, dentro dos prazos estipulados nesta Ata;
- c) substituir os produtos danificados em decorrência de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração;
- d) responder pelos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais resultantes da execução deste ajuste;
- e) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente ajuste, sem prévia anuência do Contratante;
- f) manter, durante a vigência da Ata, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

## 4. DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito bancário, até o 5º dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93.

### 4.2. Condiciona-se o pagamento a:

- I - Apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;
- II- Declaração da fiscalização do contrato de que os bens foram integralmente fornecidos na forma avençada;
- III- Comprovação da regularidade da licitante vencedora perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND e Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certidão de Regularidade de Situação - CRS) e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

4.3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta-corrente para efetivação do pagamento.

4.4 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

## 5. DA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E DAS PENALIDADES

5.1. De conformidade com o artigo 86, da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado, de até **10 dias**, na entrega do objeto contratado sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de **1%** sobre o valor dos materiais não entregues no prazo regular, por dia de atraso, a partir da data prevista para adimplemento da obrigação.



417  
mm

5.2. Ultrapassado o prazo acima indicado, o Tribunal poderá não receber os itens pendentes de entrega.

5.3. A Administração poderá aplicar à contratada, pela inexecução total ou parcial do objeto licitado, as sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a) Inexecução parcial – **25% sobre o valor do material não entregue**
- b) Inexecução total – **25% sobre o valor total contratado.**

5.4. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante vencedora, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

5.5. Ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR** com a União e será descredenciado do SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, **PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

- a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- b) comportar-se de modo inidôneo;
- c) fizer declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação;
- d) cometer fraude fiscal;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) não apresentar situação regular, no ato de assinatura do contrato;
- g) recusar-se injustificadamente em assinar a ata de registro de preços ou o contrato;
- h) não fornecer o objeto;
- i) fornecer objeto que não atenda à especificação exigida no edital.

5.6. Cabível a incidência de comprovado impedimento ou reconhecida força maior em relação às hipóteses elencadas na condição anterior, ficará a licitante vencedora isenta das penalidades devidas.

5.7. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora estará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 7º da Lei 10.520/2002.

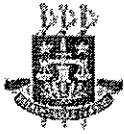
5.8. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93.

5.9. Os recursos serão dirigidos à Presidência do Tribunal, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

5.10. As situações mencionadas no art. 78 do aludido diploma legal podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

5.11. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

5.12. Os recursos serão dirigidos à Presidência do Tribunal, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.



418  
Lima

## 6. DA VALIDADE DA ATA

6.1.. O presente Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do seu extrato na Imprensa Nacional.

## 7. DA REVOGAÇÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

7.1. Se, durante a validade da Ata, for constatada a ocorrência de redução dos preços de mercado em relação aos registrados, o fornecedor será convocado para negociação.

7.2. Não havendo êxito nas negociações, o Tribunal revogará o respectivo item.

7.3. O fornecedor terá seu registro cancelado na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a)descumprir as condições da presente Ata;
- b)recusar-se a retirar a nota de empenho;
- c)não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese dele se tornar superior aos praticados no mercado;
- d)quando presentes razões de interesse público.

## 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. A assinatura da presente Ata implicará na plena aceitação, pelo fornecedor, das condições estabelecidas no edital da licitação e seus anexos.

8.2. O licitante vencedor somente será liberado, sem penalidade, do compromisso previsto nesta Ata, nas hipóteses previstas no art. 12, § 3º, incisos I, e art. 13, § 2º, do Decreto n.º 3.931/01.

8.3. Passa a fazer parte desta Ata, para todos os efeitos, a documentação e propostas apresentadas pelos licitantes.

8.4. Quaisquer alterações na presente Ata somente poderão se realizar mediante termo aditivo formalizado entre as partes.

8.5. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste ajuste.

8.6. E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, ...12... de ...Dezembro... de 2012.

Desa. Sara Silva de Brito  
Presidente do TRE-BA

Sr. Nilson Humberto Dantas Cordeiro  
CPF N° 095.064.115-49  
ALVES E CORDEIRO LTDA-EPP.

15233984/0001-281

ALVES E CORDEIRO LTDA.

RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 47 - BA. - 2ª SEÇÃO

BALA 22 - CENTRO HISTÓRICO - CEP 41220-200

SALVADOR - BA



**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO/EMBALAGEM</b>	<b>UN</b>	<b>MIN</b>	<b>MAX</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>
2.	<b>Folha isopor,</b> Comprimento: 1 m, Largura: 0,50 m Espessura: 25 mm  Marca: Iglu	UN	200	1400	R\$ 3,29
4.	<b>Elástico para processo</b> Cor azul; Dimensões: 50 x 4,0cm (comprimento x largura), com variação permitida de $\pm 1$ cm na medida do comprimento, excluída a costura. Composição: 70% poliéster e 30% látex, Com sigla "TRE-BA", verticalmente centralizada, ao longo de todo o seu comprimento, nas dimensões 6,0 x 2,0 cm (largura x altura, na cor branca, mantendo um espaçamento entre as siglas de 4,0 cm. Costura reforçada ao longo da inteira seção transversal. É obrigatório o fornecimento de prova para aprovação antes da confecção final  Marca: Dedecam	UN	700	3500	R\$ 1,62
10.	<b>Suporte para copos descartáveis de 200ml – poupa copo</b> Plástico Base dispensador cor branca Tubo transparente Sistema poupa copo com alavanca de acionamento Dimensões aproximadas de: altura 67cm, largura 27cm, profundidade 14cm  Marca: JSN	UN	10	300	R\$ 55,62